



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2010

Ano 35 – Nº 200



## Alegria e entusiasmo marcam o III Congresso Nacional da CPT

*Página 4*



*Documento final do  
Congresso da CPT*

*Páginas 8 e 9*

*Plebiscito Popular pelo  
limite da terra será  
realizado em setembro*

*Página 13*



## EDITORIAL

Essa é a 200ª edição do Pastoral da Terra, no ano em que a CPT completa 35 anos de existência. Nada melhor para comemorar estes dois fatos do que uma edição muito especial que registra os grandes momentos que a CPT viveu em Montes Claros, MG, com a realização do seu III Congresso Nacional. Esta edição comemorativa quer devolver aos mais de 800 participantes, e partilhar com todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo, com os amigos e irmãos dos movimentos e das pastorais sociais, com os que sempre acompanham e apóiam a CPT e com todos nossos leitores, um pouco da riqueza do que se viveu durante os dias do Congresso.

Os grandes momentos celebrativos, as contribuições dos assessores, os debates nas tendas dos biomas, as sessões plenárias foram marcadas pela alegria e o entusiasmo dos participantes, sobretudo dos trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo vivendo uma realidade adversa, alguns sob ameaça de morte, outros sendo perseguidos por defenderem o sagrado direito à terra e à vida, o que se vivenciou no Congresso foi uma vibração intensa, sustentada pela certeza de que é na fraqueza dos pequenos que se manifesta a força poderosa daquele que está ao lado dos pobres e oprimidos.

O Congresso, com a reflexão sobre os biomas brasileiros, aprofundou e reafirmou que a **luta pela terra** tem que andar de mãos dadas com a **luta pela Terra**, pelo planeta. É preciso resgatar a terra para que ela esteja nas mãos de quem tem relações filiais com ela, com quem a trata com carinho e cuidado, com quem a vê como mãe e provedora da vida, e não nas mãos de quem a vê como mercadoria, como algo a ser violentado e depredado para gerar lucros insanos.

O Congresso foi uma grande injeção de ânimo, pois alargou os horizontes da esperança. Entre os camponeses, e de modo especial entre os indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, se forja a resistência ao rolo compressor do agronegócio que quer se fazer passar como o construtor do futuro, quando somente repete, em escala estratosférica, a mesma fórmula conservadora e arcaica do colonialismo mais retrógrado, usurpador dos bens, destruidor da biodiversidade.

Nestas páginas, o documento final do Congresso, e em rápidas pinceladas o que foi este grande evento.

Em abril, a CPT lançou, em São Paulo, o relatório anual do *Conflitos no Campo Brasil 2009*. Também uma **edição comemorativa**, pois foi a 25ª. **25 anos de registros** e de denúncia e os conflitos e a violência continuam acrescidos de campanhas na mídia contra os movimentos sociais para destruir o apoio conquistado no seio da sociedade.

Mas, apesar de tudo, os movimentos estão vivos e atuantes. Em Brasília se realizou a II Assembleia Popular - Mutirão por um Novo Brasil, buscando colocar as bases de um modelo mais justo de sociedade. O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo lançou o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade para que o povo brasileiro diga se concorda em que se estabeleça um limite para a propriedade da terra. Em Cochabamba, na Bolívia, convocada pelo presidente Evo Morales, se realizou a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra. Também em Brasília, o I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Algo novo está se gestando para romper a escuridão do selvagem mundo capitalista.

A reflexão bíblica nos estimula, no conflito é que Deus se manifesta. E ele toma o partido do abatido e humilhado.

Boa Leitura



## Combatendo a Desigualdade Social – O MST e a Reforma Agrária no Brasil



Lançado em abril deste ano pela Editora Unesp junto com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e a Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, o livro “Combatendo a Desigualdade Social, o MST e a Reforma Agrária no Brasil”, é uma pesquisa de proporções grandiosas. Elaborado por uma equipe de 19 especialistas brasileiros e estrangeiros - entre eles cientistas políticos, sociólogos, engenheiros agrônomos, jornalistas e até um poeta - consiste em um dos documentos mais completos sobre a luta pela Reforma Agrária no Brasil. O livro organizado pelo cientista político Miguel Carter, ao longo de suas quase 600 páginas, investiga os motivos que provocaram a enorme desigualdade da estrutura fundiária brasileira e as possíveis consequências desse flagelo social, assim como as reações populares a essa situação. O gancho para este estudo é o MST, movimento que, de acordo com estimativas de Carter, conta com 1,14 milhão de membros, sendo, portanto, referência mundial no que se refere ao combate à políticas neoliberais e à disparidade social.

## CPT e Rede Social lançam publicação sobre Monopólio da Terra no Brasil e os impactos dos monocultivos



A CPT Nordeste II e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançaram, em maio, a publicação “Monopólio da Terra no Brasil - Impactos da expansão dos monocultivos para a produção de agrocombustíveis”. A publicação é fruto de pesquisas desenvolvidas pelas entidades sobre a concentração de terras e o avanço dos monocultivos no Brasil. São 43 páginas contendo dados, fotos, entrevistas e artigos que analisam a situação do monopólio da terra e os impactos sociais e ambientais causados pela expansão dos monocultivos no país, como: a falta de incentivo à agricultura camponesa, a devastação do meio ambiente, a violação dos direitos trabalhistas, o trabalho escravo e os impactos na saúde dos canavieiros e da população em geral. Artigos com dados e análises sobre a situação específica de violação dos direitos e da opressão sofrida pelas mulheres canavieiras também são encontrados no relatório. A publicação já está disponível em versão digital, através da página eletrônica: [www.cptpe.org.br](http://www.cptpe.org.br).



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.  
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom Ladislau Biernaski

**Vice-presidente**  
Dom Enemésio Lazzaris

**Coordenadores Nacionais**  
Padre Flávio Lazzarin  
Edmundo Rodrigues  
Lucimere Leão  
Isolete Wichinieski  
Padre Herminio Canova  
Padre Dirceu Fumagalli

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Hugo Paiva - estagiário  
Rede de comunicadores da CPT  
**Jornalista responsável**  
Cristiane PASSOS (Reg. Prof. 002005/GO)  
**Diagramação / Impressão**  
Gráfica e Editora América Ltda.  
(62) 3253-1307  
[www.graficaeditoraamerica.com.br](http://www.graficaeditoraamerica.com.br)

**APOIO**  
**EED**  
Evangelischer Entwicklungsdienst

**Brot Für Die Welt**  
Pão para o Mundo  
**Fundação Eugen Luther**

**MZF**  
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

**ASSINATURAS**

**Anual R\$ 10,00.**

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

[Informacoes.canuto@cptnacional.org.br](mailto:Informacoes.canuto@cptnacional.org.br)



## Encontro Internacional de Atingidos pela Vale

Reunidos nos dias 12 a 15 de abril de 2010 no Rio de Janeiro para o I Encontro Internacional de Populações, Comunidades, Trabalhadores e Trabalhadoras atingidos pela política agressiva e predatória da companhia Vale, os mais de 160 participantes de 80 organizações, movimentos sociais e sindicais, entre eles a CPT, da Ale-

manha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Taiwan, denunciaram as violações dos direitos humanos, exploração, precarização das condições de trabalho, destruição da natureza e o desrespeito às comunidades tradicionais, periferias urbanas e sindicalistas.

## MS poderá ter 40 mil famílias acampadas

Até o final deste ano, Mato Grosso do Sul terá mais de 40 mil famílias acampadas no Estado, segundo estimativas do Movimento dos Sem-Terra (MST). O aumento do número de acampados, segundo o coordenador regional do movimento, Egydio Bruneto, deve-se à chegada de milhares de brasileiros que viviam até agora no Paraguai. Conhecidos também como brasiguaios, esses brasileiros estariam abandonando as terras do país vizinho em decorrência de perseguições e até de ameaças de morte. “Grupos mercenários, servidores de grandes fazen-



Foto: Arquivo CPT Nacional

deiros, fortemente armados, chegam quebrando tudo. Quem não foge fica sem um palmo para plantar, olhando os invasores transformar tudo em lavouras de soja”, disse Bruneto.

## CPT participa do I Seminário Nacional da Amazônia

Com o objetivo de desenvolver, fortalecer e intensificar ações coletivas, assim como planejá-las para enfrentar a grilagem da terra e a destruição do meio ambiente, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, promoveu entre os dias 26 e 29 de abril, o *Seminário*

*Nacional: os impactos dos grandes projetos na Amazônia e as mudanças na legislação ambiental e fundiária*. O evento, que ocorreu em Belém (PA), reuniu mais de 120 lideranças de aproximadamente 30 entidades, organizações e movimentos sociais do campo da região Amazônica, entre eles a CPT. De acordo

com José Batista Afonso, advogado da CPT do Pará, “A participação das lideranças dos movimentos sociais do campo desta região em um mesmo encontro é essencial porque permite uma troca de experiências, de resistências e enfrentamentos aos grandes problemas da Amazônia”, afirmou.

## Governo americano reconhece frei da CPT como herói no combate ao trabalho escravo

Anualmente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos homenageia indivíduos ao redor do mundo que têm dedicado suas vidas à luta contra o tráfico de seres humanos. Eles são reconhecidos por seus esforços incansáveis em proteger as vítimas, punir os criminosos, e sensibilizar a população contra práticas criminosas em seus países e no exterior. Nove pessoas foram escolhidas nesse ano de 2010, para serem homenageadas quando do lançamento do relatório anual, publicado há 10 anos pelo governo americano, sobre tráfico internacional de pessoas. O lançamento foi realizado no dia 14 de junho, em Washington, e a en-



Foto: Divulgação

trega dessa homenagem foi feita pela secretária de Estado norte-americana, Hilary Clinton. Frei Xavier Plasat, coordenador da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, foi um dos selecionados pelo governo americano, como “herói” no combate ao trabalho escravo. Além dele, foram escolhidos, também, Aminetou Mint Moctar, da Mauritânia; Natalia Abdullayeva, do Uzbequistão; Linda Al-Kalash, da Jordânia; Ganbayasgakh Geleg, da Mongólia; Christine Sabiyumva, de Burundi; Sattaru Umapathi, da Índia; Irén Adamné Dunai, da Hungria; e Laura Germino, dos Estados Unidos.

do Movimento Sem Terra (MST), ganhou um prêmio do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo como o melhor trabalho acadêmico de 2010. Nessa biblioteca, os livros circulam numa grande área rural dentro de caixotes de frutas e legumes.

## Leitura de Barraco

O Projeto de biblioteca itinerante “Leitura de Barraco” desenvolvido desde 2005, por iniciativa da professora de Linguística da USP, Lucília Maria Souza Romão, no assentamento rural Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP), onde vivem cerca de quatrocentas famílias

do Movimento Sem Terra (MST), ganhou um prêmio do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo como o melhor trabalho acadêmico de 2010. Nessa biblioteca, os livros circulam numa grande área rural dentro de caixotes de frutas e legumes.

## CPT realizou sua XXII Assembleia Geral

Nos dias 18 e 19 de março, a CPT realizou sua XXII Assembleia Nacional. Os regionais relataram situações gritantes de uma ação devastadora do Estado e dos setores que o dominam, contra as organizações e movimentos populares. O documento final constata “que a maior parte das autoridades ... são subservientes aos interesses do grande capital” e que “o governo federal com o PAC promove e financia megaprojetos em favor de grandes empresas, que sacrificam muitas comunidades e violentam o meio ambiente.” “Somos vítimas de um Estado falsamente democrático, que precisa ser reconstruído a partir da base da sociedade”. A XXII Assembleia comprometeu-se



Foto: Arquivo CPT Nacional

a apoiar a organização e articulação dos camponeses e camponesas na conquista da reforma agrária e na defesa dos territórios das comunidades tradicionais. A Assembleia deu andamento ao processo avaliativo que a CPT vem realizando desde o ano passado e fez os últimos encaminhamentos para o III Congresso.





## III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# “No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida!”

*Sob esse lema, mais de 800 pessoas de todos os estados do Brasil, agentes de pastoral, trabalhadores e trabalhadoras rurais, estudantes, estudiosos, professores, militantes, sindicalistas, quilombolas, indígenas e representantes de diversos movimentos sociais, se reuniram em pleno semiárido mineiro, para o III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Realizado de 17 a 21 de maio, na cidade de Montes Claros (MG), o Congresso foi o momento de a CPT ouvir os trabalhadores e trabalhadoras para definir suas ações para os próximos anos.*

Uma mistura de cores, ritmos, crenças, sotaques e culturas se encontraram na noite do dia 17 de maio, no campo do Colégio São José, Marista, em Montes Claros (MG), na celebração de abertura do III Congresso da CPT. Os trabalhadores rurais de Minas Gerais receberam os participantes destacando a importância do Congresso. A agricultora Laureci Ferreira Silva do Assentamento 2 de Junho (Olhos D'água) salientou a presença expressiva das mulheres e dos jovens que vão dar mais força aos trabalhos. Já Cristovino do Assentamento Americano (Grão Mogol), fez questão de alertar sobre a preservação do meio ambiente. “A natureza não precisa de nós, é a gente que precisa dela!”, afirmou. Dom José Alberto Moura, bispo da Arquidiocese de Montes Claros, manifestou a alegria de receber pessoas de várias regiões, no momento em que a Arquidiocese está celebrando 100 anos de existência. O Presidente da CPT, Dom Ladislau Biernaski, oficializou a abertura das atividades. “Nosso Congresso quer ser de fato um espaço de comunhão, para refletir sobre propostas que defendam nossos biomas contra os que só pensam a terra para a explorar e concentrar”.

## Questão ambiental no centro dos debates

O segundo dia do Congresso foi dedicado à análise da conjuntura, vista de diferentes ângulos.

O pesquisador César Sanson, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores, CEPAT, de Curitiba, na análise de conjuntura sociopolítica destacou a importância das questões ambientais, pois estão diretamente ligadas às questões econômicas e sociais do país: “Os problemas ambientais enfrentados hoje pela humanidade são uma das mais graves consequências do modelo econômico e expressam



Foto: João Zinclar

as contradições e a inviabilidade da continuação do modelo de produção existente hoje no Brasil e no mundo”. Ressaltou, ainda, que hoje existe no país um fortalecimento cada vez maior de um estado neodesenvolvimentista, que investe e financia grandes projetos de desenvolvimento a qualquer custo, tendo programas de mitigação da pobreza apenas para compensar a população atingida pela concentração de terras e de riqueza. Segundo ele, os trabalhadores e os movimentos sociais são hoje os principais protagonistas na construção de um projeto popular que se contraponha ao atual modelo de produção.

## Aquecimento global, êxito do capitalismo

Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirmou que o capitalismo é essencialmente antiecológico, desde sua origem. Primeiro expulsou os deuses presentes na natureza na concepção das comunidades originárias, depois separou o homem da natureza e, como consequência, se deu a expulsão dos camponeses da terra, transformando-os em força de trabalho. O ca-

pitalismo se fortaleceu com a dominação da natureza usando-a como uma unidade mercadológica, enaltecendo o paradigma de que os recursos são ilimitados. Esta visão, neste momento, encontra-se em crise. Segundo o professor, nos últimos 40 anos, a humanidade provocou a maior devastação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, foi o período em que mais se falou em defesa do meio ambiente. “O problema do aquecimento global não é uma falha do Capitalismo, é pior, é fruto do seu êxito! E se a gente quiser salvar a vida do planeta, tem que combater o capitalismo, que só quer saber de produzir e explorar”, afirmou.

## Os novos desafios da Igreja

Com a contribuição do teólogo Benedito Ferraro, foi pensada a atuação da Igreja tendo como ponto de partida a importância histórica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). De acordo com o teólogo, o apoio da Igreja na luta e resistência da classe trabalhadora modificou a compreensão da fé. A partir da teologia da libertação, o trabalho das CEBs e as Pastorais Sociais envolveram a Igreja no

enfrentamento dos problemas sociais: “O trabalho das CEBs mudou a cara da Igreja no Brasil porque trouxe para dentro dela os problemas do povo”, afirmou. Segundo ele, o cenário atual é de um distanciamento, de parte da Igreja, dos problemas do povo brasileiro. No debate na plenária, agentes e trabalhadores expressaram que a Igreja tem que se envolver mais com as comunidades rurais, comprometer-se com a transformação social, e apoiar decididamente as lutas sociais, tanto no campo quanto na cidade. Esperam ainda seu envolvimento na Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra.

No dia 19 houve a apresentação de experiências em tendas dedicadas aos biomas, e, à noite, uma grande celebração homenageou os mártires da terra (Ver matéria página 6). No dia 20 o trabalho feito nas tendas foi compartilhado na plenária.

## “Resistir para existir”

No último dia, 21 de maio, foi lido e aprovado o documento final do Congresso onde constam as propostas de ação e os compromissos que a CPT irá assumir ou reafirmar, a partir das discussões realizadas. O documento salienta a importância da preservação dos biomas e a real possibilidade de se conviver em harmonia com eles; além da necessidade de se continuar na luta para defender e conquistar os territórios para as comunidades tradicionais. A CPT assumiu, ainda, o enfrentamento ao modelo predador dos grandes projetos, a formação para uma espiritualidade ativa e a contribuição na articulação e fortalecimento das organizações populares. Após a celebração final, todos voltaram para seus estados, renovados e renovadas na esperança de uma terra sem males, com justiça social.

## III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# Povos da terra discutem os clamores dos biomas e a resistência camponesa

**D**urante todo o terceiro dia do III Congresso Nacional da CPT, 19 de maio, os participantes se concentraram na troca de experiências em quatro tendas espalhadas no espaço do Colégio São José, Marista, onde discutiram os biomas e as peculiaridades de cada região. Em cada espaço foram apresentadas seis experiências, três em cada período, em seguida as informações foram aprofundadas nos debates. As tendas lembraram os biomas: Amazônico, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa e Cerrado e Pantanal.

Na tenda do **Bioma Amazônico**. O Acre apresentou a Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (Reflorestamento Econômico Consorcia-

do e Adensado), que implantou o sistema agroflorestal de produção e os resultados alcançados. Já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Afuá (PA), acompanhado pela CPT Amapá, comunicou que, depois de quase 20 anos de luta, foram criados pelo Incra 14 projetos Assentamentos Extrativistas, garantindo o direito dos ribeirinhos sobre as ilhas por eles ocupadas. O Amazonas fez uma retrospectiva do processo de criação da Reserva Extrativista do rio Ituxi e Médio Purus, no município de Lábrea (AM). O Pará apresentou os impactos sentidos por diversos assentamentos da ação das mineradoras, e Rondônia mostrou como está sendo a resistência às hidrelétricas do rio Madeira.

## Novo jeito de viver no sertão

Na tenda do Bioma Caatinga, apresentado como o bioma mais jovem do Brasil e que se destaca por um povo de muita fé e luta, onde surgiram figuras importantes, como o padre Ibiapina, Padre Cícero e Antonio Conselheiro. A apresentação da experiência de convivência com o semiárido do Assentamento Serra Branca/Serra Vermelha, mostrou um povo simples que vivia em um clima de muito sossego na Serra da Capivara, até a criação pelo Incra de um corredor ecológico que passa por um assentamento na região. Com medo de perder suas terras, os trabalhadores se organizaram e, com o apoio da CPT, fundaram sua Associação, a partir da qual a comunidade assumiu o compromisso de

cuidar do meio ambiente e até melhorá-lo. As mulheres da comunidade do Cariri (CE) seguiram os conselhos do padre Cícero, e aproveitaram seus quintais para plantar árvores frutíferas típicas e hortaliças. Já o povo de um antigo fundo de pasto, situado no município de Casa Nova (BA) relatou as diversas ameaças dos empresários da “Camaragibe”, que querem tomar a terra dos posseiros. Foi preciso um trabalhador ser assassinado para que os órgãos do governo pudessem fazer alguma coisa por esse povo. Minas Gerais apresentou o trabalho desenvolvido com os migrantes do Vale do Jequitinhonha e o Nordeste II expôs como se faz o manejo sustentável da Caatinga.

## Mata Atlântica e Pampa: De um lado, devastação. De outro, resistência e luta

A Mata Atlântica brasileira, que já foi considerada a segunda maior floresta tropical da América do Sul, hoje luta para manter os 7,3% do que sobrou de sua área original. Na tenda destinada a esse bioma foram apresentadas seis experiências emblemáticas. Educação e práticas agroecológicas como ferramenta de enfrentamento ao agronegó-

cio na região do Espírito Santo e Rio de Janeiro, com a Escolinha de Agroecologia, e o conflito territorial entre comunidade de pescadores nas Ilhas de Sirinhaém (PE) e a Usina Trapiche, foram dois dos processos de resistência expostos. No Bioma Pampa, assentados desafiam o monocultivo de eucalipto. O bioma, que só existe no Rio



Foto: João Zinclar

## Avanço das monoculturas e das barragens ameaça o cerrado brasileiro

Em 2005, durante manifestação contra a instalação de usinas de açúcar no Pantanal, o ambientalista Francisco Anselmo Barros ateou fogo ao próprio corpo na tentativa de barrar os empreendimentos. A história de Francelmo, como era conhecido, foi contada na abertura da apresentação das experiências dos biomas Cerrado e Pantanal, e exemplifica a dimensão do quanto tem se agravado as questões ambientais nessas áreas. Além do avanço das monoculturas, Raimundo Rocha, da comunidade Sonhé, em Loreto (MA), aponta outra grave ameaça: a construção de uma barragem no

rio Parnaíba, que deve prejudicar não apenas as 97 famílias do povoado em que vive, mas também deve impactar outras 5 mil famílias na região. “Se essa barragem acontecer, para onde vamos?”, questiona ele. Se a barragem de Estreito for concluída, será a sexta na bacia, que tem a ameaça de mais três barragens. Já na cidade de Juti (MS), a partir da mobilização da comunidade e do apoio de várias entidades como a CPT, uma das nascentes do córrego Santa Luzia voltou a ter água, devido ao trabalho de três anos, que envolveu o replantio de espécies nativas e a tirada de gado da área.

Grande do Sul, chega a ocupar 63% do território estadual, mas atualmente passa por um processo de devastação que compromete a sua existência. Foi apresentada a experiência dos assentamentos Cambuchim e São Marcos, no município de São Borja (RS). Esses assentamentos sofriam continuamente o assédio das papeleiras em busca de

novas áreas de plantio. A partir de diversos espaços de formação e diálogo com os assentados e assentadas, foram identificadas algumas alternativas para potencializar a produção de alimentos saudáveis e garantir a geração de renda para a comunidade.



## III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# Celebração homenageia os mártires do campo brasileiro

Envolto em um cenário místico e tendo o céu mineiro como testemunha, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agentes pastorais e religiosos de todas as partes do país, iluminaram a noite de Montes Claros (MG), com as chamas de velas e tochas. Empunhavam estandartes com imagens daqueles que nos últimos anos morreram na luta por uma “terra sem males”, em defesa da vida, da terra, da água e dos direitos humanos. Era o terceiro dia de atividades do Congresso e levou mais de mil pessoas às ruas da cidade mineira.

A celebração dos mártires foi um dos momentos mais emocionantes do III Congresso Nacional da CPT. Teve início na tenda dos Mártires, no interior do colégio São José, Marista, onde se destacou a esperança dos mais diversos povos e culturas, que carregam a cruz dos trabalhadores em prol da resistência.

A caminhada de dois quilômetros, passou pelos bairros de Roxo Verde, Santa Rita e Morrinhos. Por onde passava, chamava a atenção da população

local. Foram quatro paradas, nas quais se refletiu sobre as ações de resistência e defesa dos biomas Mata Atlântica, Cerrado, Pampa, Amazônia, Pantanal e Caatinga. Nelas se rememorou os mártires que tombaram na luta contra o latifúndio e o agronegócio em cada bioma.

Segurando um cartaz “Sei que vivo no coração dos que lutam pela liberdade”, a agricultora Maria Senhora, de 69 anos, moradora do assentamento Nova Conquista no Espírito Santo, se emocionou ao relembrar a história do assassinato do líder sindical rural Verino Sossai, morto em 1989, na luta contra o latifúndio no estado. A camponesa, que lutou junto com Verino pela conquista do assentamento, onde vive há 23 anos, afirma não desanimar com tanta violência no campo. “Lutamos muito para conquistar nossa terra. Enquanto eu estiver viva, vou lutar no meio do povo”, ressaltou.

Assim como Verino, foram relembrados e homenageados, ao longo da caminhada: Irmã Dorothy, Pe. Josimo, Gregório Bezerra, Zé de Antero,

Foto: João Zinclar



Foto: João Zinclar

Vilmar, Ribamar, Sebastião Lan, João Canuto de Oliveira, Paulo Fontelles, Chico Mendes, Margarida Alves, Frei Tito, Joaquim das Neves, Saturnino, Dom Matias, Jussara Rodrigues, Luiza Ferreira, Zumbi dos Palmares, além de tantos outros, inúmeros lutadores e lutadoras do povo, de cada parte do Brasil.

Para a engenheira agrônoma Heloísa Amaral, integrante da CPT Alagoas, a caminhada foi muito importante para conhecer ainda mais os sinais de morte do atual modelo de produção e as ações de resistência dos povos do campo. “Confesso que achei a caminhada lindíssima porque foi muito significativa, além de ter sido bem estruturada, trabalhando realmente cada bioma. E foi feito o resgate da luta dos mártires, além de dizer o que está acontecendo de errado e o que está sendo construído para melhorar”, ressaltou.

A cerimônia também foi marcada pela leitura da **Nota Pública** e de repúdio, assinada pelos participantes do Congresso, sobre a liberdade concedida a Taradão, um dos mandantes do assassinato da irmã Dorothy Stang, solto após 18 dias de sua condenação a 30 anos de prisão pelo crime. O encerramento do ato ocorreu em frente à Igreja Nosso Senhor do Bonfim, na Praça dos Morrinhos, com muita música e a partilha do licor de pequi, fruto típico do cerrado.

Foto: João Zinclar



## III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# Ambiente acolhedor recebeu durante cinco dias os participantes do Congresso

Durante os cinco dias do III Congresso Nacional da CPT, os participantes puderam usufruir de um lindo espaço montado para o evento nas dependências do Colégio São José, dos irmãos Maristas, em Montes Claros (MG). A equipe de infraestrutura caprichou na construção dos espaços, principalmente das cozinhas, para que todos e todas pudessem confortavelmente fazer as

refeições, em um ambiente organizado e muito bonito também. A área verde onde parte da estrutura do Congresso se localizava, como a tenda dos mártires, as tendas dos biomas, as bancas com produtos típicos e as cozinhas, se tornou um agradável espaço de convivência entre os participantes do Congresso, onde era possível, inclusive, descansar à sombra das árvores e sob a brisa do lugar.

## Variedades gastronômicas foram atrações do Congresso Nacional da CPT

Foto: João Zinclar



Com uma infraestrutura simples e organizada, o espaço de alimentação do III Congresso da CPT trouxe os aromas, temperos e variedades gastronômicas das regiões brasileiras. No local foram instaladas sete cozinhas, onde foram fornecidas seis refeições diárias para os 800 participantes. Também foram instalados lavatórios artesanais, onde todos e todas podiam lavar as louças utilizadas.

Cerca de 4.500 quilos de alimentos foram doados para a realização do

Congresso. Uma ação solidária, que contou com o apoio de cooperativas de Minas Gerais, como a Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão e o Centro de Apoio da Agricultura Familiar de Olhos D'Água. Dentre os produtos recebidos: polpas de frutas, couve, cebolinha, quiabo, queijo, mandioca, chuchu, doces variados, limão, milho verde, temperos, leite, iogurte, cheiro verde, abóbora, maxixe, rabanete, jiló, fubá, alface, rapadura, laranja, requeijão, feijão, e outros.

## Confira os gêneros alimentícios típicos das regiões:

Norte – açaí, tucupi, farinha de puba, peixe no tucupi e frango no tucupi.

Nordeste – cuscuz com leite, milho cozido, carne de sol, quiabada com charque, buchada, macaxeira com carne de sol, baião de dois e pirão.

Centro-Oeste – arroz carreteiro com carne de sol, quibebe (carne cozida com mandioca), salada tropical (alface, tomate e abacaxi), carne moída com cenoura.

Sudeste – angu, galinhada, costela com mandioca, feijão tropeiro, macar-



Foto: João Zinclar

ronada, abóbora com carne e farofa.

Sul – feijão preto, vaca atolada (mandioca com carne), linguiça defumada, polenta com carne moída, pinhão cozido e salada.

## Produtos camponeses se destacam no Congresso

Os participantes do Congresso da CPT tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a importância da biodiversidade, a preservação dos territórios e a resistência camponesa em todo território nacional. Mas, além disso, durante os intervalos foi possível conhecer e adquirir produtos de todas as regiões do país, em pequenas bancas instaladas no bosque do Colégio São José, Marista.

No local eram encontrados produtos diversificados e com preços acessíveis, produzidos por trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. Diretamente do Ceará vieram as cestarias e acessórios feitos com palha e tecido. Outra banca apresentou o artesanato das quilombolas do cerrado mineiro, que utilizam os elementos da natureza em sua confecção, como sementes, folhas, galhos e cascas, formando lindos quadros e painéis.

A Paraíba trouxe o sabonete de

aroeira, remédio da medicina alternativa para amenizar a sinusite, e a pomada multiervas, além de acessórios indígenas, como brincos, colares e pulseiras. Do Pará vieram os cheiros e ervas típicas. Foi possível, também, encontrar o mel e doces típicos, a exemplo da rapadura.

Os agricultores tiveram a oportunidade de escolher entre 36 tipos de sementes e algumas mudas, que foram trazidas pelo pessoal de Minas Gerais. Também uma banca expôs livros, jogos de cálices feitos com o pau-brasil e tecidos peruanos, bolivianos, africanos e brasileiros.

A delegação de Alagoas vendeu bonés da CPT e camisetas de eventos já realizados pela Pastoral. O Tocantins trouxe o anel de Tucum, que representa o compromisso com a luta dos oprimidos, além de lenços da Romaria do Padre Josimo, realizada nos dias 8 e 9 de maio, que teve como tema “*Vidas pela vida, vidas pelo reino*”.



## CARTA FINAL

## III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida

Neste momento em que a humanidade toda toma consciência do grito da mãe terra, nossa casa comum, a Comissão Pastoral da Terra reuniu-se em seu III Congresso Nacional, em Montes Claros, MG, de 17 a 21 de Maio de 2010, com o tema: “Biomassas, Territórios e Diversidade Camponesa”. Trabalhadores e trabalhadoras,

a maioria deste Congresso (376), de diversas categorias – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, assentados, acampados entre outros – tornaram palpável a diversidade camponesa deste Brasil e sua resistência diante do processo de destruição em curso. Ao todo 760 pessoas – 440 homens e 320 mulheres – fizeram ecoar no semiárido

mineiro os clamores do povo da terra. 272 agentes da CPT – entre eles quatro bispos e 51 entre padres, religiosos e religiosas e seminaristas – e 112 convidados de movimentos populares e pastorais, parceiros, puderam sentir a vida que pulsa, nas comunidades camponesas, cheia de esperança, em meio a dificuldades e frustrações.

A Arquidiocese de Montes Claros, que neste ano completa seu centenário, e o Colégio São José, dos Irmãos Maristas, nos acolheram de braços abertos. O calor humano de Montes Claros contrasta com a frieza de intermináveis plantações de eucalipto e de pastagens que substituíram a rica biodiversidade do Cerrado pela monotonia do monocultivo predador na paisagem que circunda a cidade.

“Vamos lutar porque esse é o nosso lugar”  
(cacique Odair Borari, de Santarém – PA)

Foto: João Zinclar



biomas sem destruí-los e alimentar uma relação de respeito e de fraternidade com a mãe terra e com todos os seres vivos.

Estas experiências nos fazem ver, também, a criatividade com que os camponeses e camponesas sabem responder aos desafios gerados pela crise ecológica e por

um modelo de desenvolvimento que destrói os biomas de nosso País, de forma cada vez mais violenta e acelerada, concentrando terras e riquezas para poucos e matando muitas formas de vida.

“Matam até o querer”

(Sabrina, 19 anos, de Montes Claros – MG)

Estas experiências, cheias de vida e de esperança, se misturam com o clamor diante do poder estardalhaçado dos grandes projetos que, em nome de um equivocado crescimento, assassinam lideranças, expulsam povos tradicionais de seus territórios e degradam o meio ambiente com suas hidrelétricas, mineradoras, ferrovias, transposição de águas, irrigação intensiva, monocultivos, desmatamentos. São projetos impostos com arrogância, de cima para

baixo, ludibriando a legislação agrária e ambiental. Revestem-se de um legalismo hipócrita com controle e direcionamento de audiências públicas.

Foto: João Zinclar



“As leis nós temos que respeitar, mas as leis têm que respeitar nós” (Joaninha, 58 anos, MG)

Foto: João Zinclar

Ouvimos a denúncia veemente de um Estado que, com uma mão dá a sua ajuda para mitigar a fome e a miséria imediatas, ou até para libertar modernos escravos, e que com a outra estimula, promove e financia este modelo perverso de crescimento que prejudica a sustentabilidade da sociedade e da própria vida.

São inúmeros os casos em que o poder judiciário se torna o braço jurídico que executa e legaliza a espoliação, despejando todo ano milhares de famílias e garantindo a impunidade de assassinos, de grileiros e de empresas que não respeitam as leis.

Ficamos indignados com a soltura, nestes mesmos dias em que realizamos nosso Congresso, de quem mandou matar Irmã Dorothy.

Veementes, também, foram as denúncias contra um legislativo inoperante e submetido aos interesses da



bancada ruralista que quer mudar o código florestal para favorecer a expansão dos monocultivos, e que engaveta a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe o confisco de áreas com trabalho escravo, e a PEC que reconhece o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional.

Também, com indignação, foram denunciadas as tentativas de criminalização dos movimentos do campo pelo judiciário, pelo Congresso e pelos grandes meios de comunicação. Enquanto isso o agronegócio que depreda e polui a natureza, expropria comunidades tradicionais e submete trabalhadores à escravidão, é apresentado como alavancador do progresso.



## “Resistir para existir”

(Zacarias, do Fundo de Pasto da Areia Grande, BA)

**F**icamos entusiasmados em ouvir o testemunho corajoso da valentia de muitos companheiros e companheiras que con-

tinuam apostando na luta e na mudança. Alguns deles, ameaçados de morte, não temem continuar lutando por justiça e vida plena.

*Foto: João Zinclar*



Maravilhou-nos o número de jovens presentes e a qualidade de sua participação. Eles e elas nos testemunham, com clareza, que as novas gerações acreditam que é possível vencer o individualismo mercantilista e consumista.

## “Vocês precisam nos ajudar”

(Augusto Justiniano de Souza, sindicalista, 55 anos, GO)

**N**osso coração ficou apertado ao ouvir o grito de solidão, desamparo e abandono a que estão submetidos camponeses e camponesas em nosso País. Eles cobraram o apoio dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais que, outrora, os representavam e acompanhavam. Eles cobraram, também, o apoio firme da CNBB e sua palavra

profética diante da gravidade da situação do campo.

Esta realidade e o clamor das camponesas e camponeses e dos povos tradicionais são um chamado para o discipulado e a missão da CPT, no seguimento de Jesus de Nazaré, na fidelidade aos Deus dos pobres e aos pobres da terra.

*Foto: Hugo Paiva / CPT Nacional*



*Foto: João Zinclar*

## Pela força desta missão, a CPT assume:

- a luta pela terra e pelos territórios, combatendo o latifúndio e o agronegócio e incorporando, na luta pela Reforma Agrária, as exigências atuais de convivência com os diversos biomas e as diversas culturas dos povos que ali vivem e resistem, buscando formar comunidades sustentáveis. Como sinal concreto, compromete-se com a realização do Plebiscito Popular para se colocar um limite à propriedade da terra a ser realizado em setembro, junto com o Grito dos Excluídos, durante a semana da Pátria.

- o enfrentamento ao modelo predador do ambiente e escravizador da vida de pessoas e comunidades. Modelo assentado em monocultivos para exportação, amparado por mega-projetos impostos a toque de caixa. Emblemáticas desta resistência são as lutas contra a transposição do Rio São Francisco, contra as hidrelétricas a exemplo da de Belo Monte e de outras, propostas para a Amazônia, e o combate incansável da CPT contra o trabalho escravo.

- a formação para uma espiritualidade, centrada no seguimento radical de Jesus que nos dê força para não servir a dois senhores e que testemunhe os valores do Reino.

- a necessidade de contribuir com a articulação e o fortalecimento das organizações populares, do campo e da cidade, para que sejam protagonistas da construção de um novo projeto político para o Brasil que queremos, em união com os outros países da América Latina e Caribe avançando em direção a uma globalização justa e fraterna.

Ao concluir este III Congresso Nacional, a CPT renova seu compromisso profético-pastoral junto aos pobres da terra até que “o reinado sobre o mundo pertença ao nosso Senhor e ao seu Cristo e ele reinará para sempre e chegue o tempo em que serão destruídos os que destroem a terra” (Apoc. 11,15.18).

Montes Claros, 21 de maio de 2010.

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT



## III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

## Contribuições do III Congresso

ANTÔNIO CANUTO\*

*Encerrado o III Congresso, agora é tempo de refletir sobre as contribuições que ele trouxe para a compreensão da realidade do campo e que devem nortear as ações da CPT nos próximos anos. Podemos de antemão dizer que o III Congresso incorporou algumas visões e ações que a CPT já começava a trabalhar e abriu novas perspectivas para a ação pastoral. “Mudamos sempre para sermos sempre os mesmos”, dizia Dom Hélder. A CPT, no decorrer de sua história de 35 anos, atualiza sua leitura da realidade, buscando responder aos novos desafios que ela apresenta, para manter sua “fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra”, como diz sua Missão.*

### O III Congresso reafirma ou agrega à leitura e prática da CPT, os seguintes elementos:

**Primeiro:** A CPT que nasceu preocupada principalmente com a situação vivida pelos posseiros da Amazônia, expulsos de suas terras, foi ampliando seu olhar para a realidade de meeiros, parceiros e agregados, explorados em seu trabalho Brasil afora. Logo acompanhou os atingidos por grandes projetos, sobretudo de barragens, e estendeu seu olhar para os pequenos agricultores em confronto com grandes empresas capitalistas e com as leis inexoráveis do mercado. Passou, a seguir, a dar atenção a uma multidão de famílias sem terra à busca de uma terra onde viver e de onde tirar seu sustento.

Nos últimos anos começa a ganhar corpo na CPT - e o Congresso consagra - a visão da diversidade camponesa. São os quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, piaçabeiros, vazanteiros, geraizeiros, catingueiros, ocupantes de fundo de pasto, faxinalenses, quebradeiras de coco, retireiros e mais uma extensa lista de grupos. Em comum, o que estas diferentes denominações traduzem é o uso coletivo e uma relação muito próxima com a terra, não tratada como mercadoria, nem como mero meio de produção, mas como o lugar de se viver, de reproduzir as condições de vida.

**Segundo:** Neste Congresso, definitivamente, a CPT avança para além da luta pela terra que sempre defendeu. Incorpora como elemento constitutivo da luta pela terra, a defesa e a conquista do território - espaço reivindicado

como o lugar em que os membros de um grupo encontrarão as condições materiais de sua sobrevivência e de sua reprodução social. O Congresso proclama que os povos indígenas, as comunidades quilombolas, de ribeirinhos e todas as comunidades tradicionais têm direito aos territórios que ocupam ou dos quais foram violentamente expropriados ao longo da história.

**Terceiro:** Um elemento que ganhou expressão maior e que o Congresso assume como intrinsecamente vinculado à luta pela terra, é a luta pela TERRA. A CPT nasceu afirmando a terra como bem universal, destinado a todos igualmente, mas usurpado por uns poucos. O Congresso reconhece que não é suficiente conquistar a terra, é preciso tratá-la com cuidado, com o carinho que ela merece, pois é a nossa casa comum, é a mãe que dá o sustento diário.

**Quarto:** O que se pode marcar como uma certa novidade é o conceito de Sociedade Sustentável ou de Comunidades Sustentáveis, em contraposição ao conceito de desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável, tão em voga nos dias de hoje, foi apropriado pelo grande capital. Para que os negócios não parem de crescer, para que novos lucros possam ser gerados, adotam-se algumas práticas que se divulgam como respeitadoras do meio ambiente e que, de alguma forma, não são tão predadoras como as anteriores. Mas o que realmente move o dito “desenvolvimento



Foto: João Zinclar

sustentável” é a sede de sempre novos e mais altos lucros para os empreendimentos. É um “desenvolvimento” que nunca pensou em romper com os princípios capitalistas e que se restringe a um pequeno grupo de pessoas, deixando a grande maioria ao deus dará.

A sociedade sustentável requer uma nova relação entre as pessoas e com o meio ambiente. Refere-se a um novo modo de vida das comunidades que buscam a autosuficiência, tanto na produção de alimentos, quanto na produção de energia, quanto na de bens culturais. Sobretudo numa sociedade sustentável, as comunidades sustentáveis devem primar por uma justa distribuição da terra, dos bens e da riqueza e por relações de igualdade entre seus membros.

Por fim, o Congresso reafirma a imperiosa necessidade de se realizar

a **reforma agrária**. Não uma reforma agrária qualquer, mas uma reforma que incorpore a defesa dos territórios, a convivência com os biomas e a construção de comunidades sustentáveis. Nesta perspectiva pode-se dizer que Reforma Agrária é *um reordenamento da estrutura fundiária que garante os territórios aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e às diversas outras comunidades tradicionais, e que promove a distribuição mais justa das terras, através do estabelecimento de um limite para o tamanho das propriedades e do cumprimento dos princípios da função social da propriedade, tendo como objetivo a construção de comunidades sustentáveis.*

Essa é uma primeira reflexão. Muitas outras deverão ser elaboradas buscando aprofundar as ricas contribuições que o Congresso trouxe.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



REFLEXÕES BÍBLICAS

No conflito Deus revela seu nome

ALESSANDRO GALLAZZI\*

A reflexão bíblica da edição passada nos mostrou José que, diante da seca que trouxe fome ao Egito, promove um processo de espoliação a favor do Estado. Seus irmãos acabam escravos. O Deus de Abraão, na nova realidade, silencia. José se casa com a filha do sacerdote do Deus On, o deus pai do Faraó. Acompanhemos as reflexões de Sandro.

Pirâmides na terra e no céu

O Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó ficou calado quatrocentos anos no Egito, reduzido a ser um a mais dentro do mundo ideológico egípcio onde as pirâmides não só estavam na terra, mas também no céu. O Deus maior era o Deus do Faraó, acima de todos, na ponta da pirâmide. Depois vinham os deuses dos soldados, os dos

sacerdotes e em baixo os das famílias. E entre estes deuses mais fracos que não podiam fazer nada, que não podiam mudar a situação, estava também o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó acostumando suas famílias a obedecer às ordens do Deus supremo que é o pai do Faraó.

PIRÂMIDE DA TERRA

PIRÂMIDE DO CÉU

|                                                                  |                                                                          |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| FARAÓ                                                            | DEUS ON (TOURO)                                                          |
| SACERDOTES                                                       | DEUSES DA SABEDORIA                                                      |
| MINISTROS                                                        | DEUSES DO COMÉRCIO                                                       |
| SOLDADOS                                                         | DEUSES DA GUERRA                                                         |
| ARTESÃOS e COMERCIANTES                                          | DEUSES PATRONOS DOS GRUPOS                                               |
| POVO COM SUAS CASAS EXPLO-<br>RADO NO CAMPO E NAS<br>CONSTRUÇÕES | DEUSES FRACOS DAS DIFE-<br>RENTES CASAS: DEUS DE ABRAÃO,<br>ISAAC e JACÓ |

A pirâmide social era legitimada pela pirâmide no céu. O céu é usado para ser imagem do que acontece na terra e o sacerdote é o instrumento ideológico que mostra que no céu se faz o que acontece na terra. Como os deuses das famílias, no céu, não se rebelam contra o Deus Supremo, o deus da natureza, assim na terra os escravos não devem se rebelar con-

tra o Faraó. Entre o Deus Supremo e o povo, não pode haver comunicação. O povo necessita do sacerdote, do intermediário, que o ponha em comunicação com Deus. É o intermediário que leva a Deus as oferendas e as súplicas do povo e transmite ao povo o que Deus quer: Obediência total a seu filho primogênito, o Faraó.

Eu sou Javé, o que te liberta do Egito

Vejam agora outra página da Bíblia, do livro do Êxodo. “Eu sou Javé, sou o Deus de Abraão, Isaac e Jacó. Mas eles não me conheceram pelo meu nome Javé. Me conheceram como o Deus das alturas. Não me conheceram pelo meu nome

Javé” (Êx 6,2). O nome Javé é conhecido somente no momento do conflito. “Agora vocês saberão que eu sou Javé, quando os libertar da escravidão do Egito”. A novidade veio com Moisés. A história o conta de maneira simbó-



ILUSTRAÇÃO: Imagem internet

lica. Moisés descobre na memória do Deus de Abraão algo diferente que não combina com a ideologia do templo. Abraão o conhecia como Deus (o nome comum a todos os deuses), agora o vão conhecer como Javé (o nome próprio do nosso Deus). O lugar do conhecimento novo é o conflito.

Deste conflito Moisés tentou fugir, indo para o deserto. Como fizeram Abraão e Isaac, que foram para longe. Moisés, de certa forma, repete o mesmo caminho do velho pai Abraão; ele necessita voltar à experiência antiga do Deus do monte, da árvore grande, da periferia. Moisés quer encontrar-se com Deus no monte Horeb. Encontra uma sarça ardente que não se queima. É muito simbólico: a árvore grande ficou reduzida a uma pequena sarça. Mas tem fogo, tem gravada a memória dos grupos populares. Já

não é a árvore grande, já não garante vida na nova realidade.

Moisés quer se aproximar da sarça. É, porém, só um movimento nostálgico. Deus lhe diz: “Não te aproximes. A terra que pisas é terra santa”. Pela primeira vez se usa a expressão terra santa, que vai ter uma simbologia muito grande na memória popular de Israel. O lugar santo não é mais a árvore, não é mais o poço. O lugar santo é a terra. Esta terra onde Moisés precisa prostrar-se para ali encontrar a Deus. Terra onde se dá o conflito. Nosso Deus só é conhecido no conflito. No momento em que o conflito se dá contra todo um sistema, nasce em Moisés a certeza de que no conflito Deus está de um lado e, necessariamente, contra o outro. É a certeza de Moisés: Deus é o Deus da terra, da história.

\* Agente da CPT Amapá.



## CALENDÁRIO DE LUTAS

# I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

CRISTIANE PASSOS\*

Foto: Maria Mello - MST

O I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizado de 25 a 27 de maio, em Brasília (DF), reuniu representantes do governo, de organizações de empregadores e da sociedade civil para debater formas de combate ao trabalho escravo. Promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o evento se propôs a discutir temas como “Por que o trabalho escravo persiste?”, “O Papel do Congresso Nacional no Combate ao Trabalho Escravo”, “Trabalho Escravo e Responsabilidade Empresarial”. O evento contou com a presença de quatro ministros, Paulo Vannuchi, Carlos Lupi, Guilherme Cassel, e Wagner Rossi. Além da participação da Dra. Gulnara Shahinian, relatora da ONU, e do Diretor da Organização Internacional do Trabalho para a América Latina e o Caribe, Jean Maninat. Da CPT participaram, como palestrantes, Frei Xavier Plassat e o advogado José Batista Afonso. Segundo frei Xavier, “O encontro evidenciou claramente os dilemas enfrentados pelo país entre um projeto declarado de erradicar a escravidão nas terras do agronegócio, e o peso desmedido deste setor na barganha política quotidiana. Um impasse simbolizado pela recorrente incapacidade de adequar a punição à gravidade do crime flagrado diariamente pelos Grupos Móveis de Fiscalização: nem prisão nem confisco da terra!”.

Durante a abertura, foi apresentada uma mensagem gravada de Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e um dos fundadores da CPT, que denunciou o trabalho escravo pela primeira vez em 1970, há 40 anos.

Dom Pedro afirmou aos participantes que a luta contra o trabalho escravo precisa ser estrutural. “A bancada ruralista, os fazendeiros e as empresas multinacionais não querem ver o rei nu”, criticou o religioso. Ele convocou ainda a globalização solidária pela garantia de direitos, o estímulo à consciência com o intuito de “somar forças, sonhos e aspirações”.

## 280 mil assinaturas pela expropriação das terras dos fazendeiros escravagistas

Como parte das atividades do Encontro, as organizações sociais e políticos ali presentes participaram da entrega, no dia 27, ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), das 280 mil assinaturas contidas no abaixo-assinado pela aprovação imediata da PEC 438/2001, que prevê a expropriação das terras que forem flagradas com mão de obra escrava.

## Ato político pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo

No mesmo dia 27, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília (DF), mais de 300 manifestantes de movimentos sociais, entre eles Via Campesina e Movimento Humanos Direitos, fincaram cruzes no gramado com o nome dos 161 escravagistas do Brasil, que estão relacionados na Lista Suja do Ministério do Trabalho. Durante o ato, João Pedro Stedile, da direção nacional do MST, deu um recado aos deputados, que ainda não votaram a PEC 438/2001, que prevê a expropriação das terras onde for flagrado o uso de mão de obra escrava. “Em nome da Via Campesina dou um último aviso aos senhores. Se até o próximo ano essa PEC não for apro-



vada, iremos ocupar todas as 161 fazendas cujos donos estão com o nome na Lista Suja”. Já Frei Xavier Plassat, da CPT, comentou emocionado que

esse era um momento importante para denunciar à sociedade que uma vergonha como o trabalho escravo ainda se perpetua em nosso país.

## II Assembleia Popular Nacional

Foto: Douglas Mansur - Novo Movimento



A II Assembleia Popular Nacional – Mutirão por um novo Brasil aconteceu cinco anos após a realização da primeira deste tipo. Entre os dias 25 e 28 de maio último, cerca de 600 militantes de todo o país se reuniram em Luziânia (GO), para discutir as propostas de um projeto popular para o Brasil, aprofundando o debate sobre os direitos a serem conquistados pelo povo, nos eixos ambientais, sociais, políticos, culturais, civis e econômicos. Resistência e unidade foram os compromissos firmados pelos participantes ao final do evento. Durante a Assembleia os participantes

repudiaram, ainda, a demora no julgamento do processo referente à Terra Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe, o projeto de construção da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira (PA) e o processo de criminalização dos movimentos sociais.

O processo da Assembleia Popular (AP) visa fortalecer a capacidade de ação política dos movimentos participantes a fim de convocar o conjunto da sociedade para mobilizar-se pela ampliação dos direitos do povo e por profundas transformações políticas e institucionais. Nessa caminhada, a AP propõe alternativas para o desenvolvimento com justiça social e o compromisso com a vida em todas as suas expressões, considerando por isso o cenário de crise ambiental que vive a humanidade e que demanda uma mudança radical no rumo dominante do processo econômico.

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## PELO LIMITE DA PROPRIEDADE DA TERRA

# Plebiscito Popular pelo limite da terra será realizado em setembro

THAYS PUZZI\*

*A sociedade brasileira está sendo conscientizada e mobilizada para a campanha do limite; vários estados já estão se organizando para levar a população às urnas entre os dias 1 e 7 de setembro*

O Plebiscito Popular pelo limite da propriedade da terra será o ato concreto do povo brasileiro contra a concentração de terras no país, que é o segundo maior concentrador do mundo, perdendo apenas para o Paraguai. Esta consulta popular é fruto da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra, promovida pelo Fórum Nacional da Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) desde o ano 2000.

A campanha foi criada com o objetivo de conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira sobre a necessidade e a importância de se estabelecer um limite para a propriedade. (ver *Por que limitar as propriedades de terra no Brasil?*). Mais de 50 entidades, organizações, movimentos e pastorais sociais que compõem o FNRA, entre as quais a Comissão Pastoral da Terra (CPT), estão engajadas na articulação massiva em todos os estados da federação.

Cada cidadã e cidadão brasileiro será convidado a votar entre os dias 1 e 7 de setembro, durante a Semana da Pátria, junto com o Grito dos Excluídos, para expressar se concorda ou não com o limite da propriedade. O objetivo final é pressionar o Congresso Nacional para que seja incluído na Constituição Brasileira um novo inciso que limite a terra em 35 módulos fiscais, medida sugerida pela campanha do FNRA. Áreas acima de 35 módulos seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público e destinadas à reforma agrária.

A Campanha da Fraternidade deste ano também propõe como gesto concreto de compromisso, a participação no plebiscito pelo limite da propriedade. “Um limite para a propriedade faz parte de uma nova ordem econômica a serviço da vida”, afirmou

Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional da CPT. Para ele, o plebiscito, mais do que obter resultados concretos com a votação, é um processo pedagógico importante de formação e conscientização do povo brasileiro sobre a realidade agrária. “São milhares de famílias acampadas à espera de uma reforma agrária justa. São índices crescentes da violência no campo. É o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos. Tudo isso tem relação direta com a absurda concentração de terras no Brasil.”

Segundo Luiz Claudio Mandela, membro da coordenação colegiada da Cáritas Brasileira, os promotores do plebiscito querem dialogar com a sociedade sobre a concentração de terras no Brasil. “Isso interfere na estrutura política, social, econômica e geográfica do país”, ressaltou. De acordo com Mandela, durante toda a campanha estão sendo coletadas assinaturas para pressionar os deputados a apresentarem e votarem uma proposta de Emenda Constitucional que estabeleça um limite à propriedade da terra. “Para isso precisamos de, no mínimo, 1,5 milhão de assinaturas. Mas pretendemos superar esta meta.”

A folha de abaixo-assinado está disponível para download na página eletrônica do FNRA ([www.limiteda-terra.org.br](http://www.limiteda-terra.org.br)) no link “Participe e divulgue esta campanha”. Cada um pode reproduzir quantas quiser e fazer a coleta. “As assinaturas também serão coletadas na hora do voto”, lembrou Mandela. No site também é possível ter acesso aos materiais do plebiscito como a cartilha, o folder e o cartaz, além de outras informações referentes ao processo de organização e participação. Há também como assinar o abaixo-assinado online, no endereço: [www.abaixo-assinado.org/abaixoassinados/6322](http://www.abaixo-assinado.org/abaixoassinados/6322).

## Por que limitar as propriedades de terra no Brasil?

*Porque a pequena propriedade familiar:*

- Produz a maior parte dos alimentos da mesa dos brasileiros: toda a produção de hortaliças, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo; 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves.
- Emprega 74,4% das pessoas ocupadas no campo (as empresas do agronegócio só empregam 25,6% do total.)
- A cada cem hectares ocupa 15 pessoas (as empresas do agronegócio ocupam 1,7 pessoas a cada cem hectares).
- Os estabelecimentos com até 10 hectares apresentam os maiores ganhos por hectare, R\$ 3.800,00.

*A concentração de terras no latifúndio e grandes empresas:*

- Expulsa as famílias do campo, jogando-as nas favelas e áreas de risco das grandes cidades;
- É responsável pelos conflitos e a violência no campo. Nos últimos 25 anos:
  - ✓ 1.546 trabalhadores foram assassinados e houve uma média anual de
  - ✓ 2.709 famílias expulsas de suas terras!
  - ✓ 13.815 famílias despejadas!
  - ✓ 422 pessoas presas!
  - ✓ 765 conflitos diretamente relacionados à luta pela terra!
  - ✓ 92.290 famílias envolvidas em conflitos por terra!
- Lança mão de relações de trabalho análogas ao trabalho escravo. Em 25 anos 2.438 ocorrências de trabalho escravo foram registradas, com 163 mil trabalhadores escravizados.

## Participe!

A realização e o sucesso do plebiscito dependem única e exclusivamente da participação e do empenho de cada um, de cada entidade, organização e pastoral, uma vez que não existe nenhum apoio público e da mídia. Representa a força e a determinação de quem acredita em que algo pode ser feito para corrigir esta absurda concentração de terras que acaba por excluir milhões de famílias de terem seus direitos protegidos.

- Fale, comente e divulgue, também pela internet e redes sociais (orkut, twitter), o plebiscito para seus amigos, sua família e colegas de trabalho.
- Integre-se aos comitês locais ou estaduais que vão organizar o Plebiscito.

**Na Semana da Pátria, junto com o Grito dos Excluídos:**

- Intensifique a divulgação;
- Ajude a organizar os locais de votação;
- Participe de alguma mesa de votação;
- VOTE;
- Assine o abaixo-assinado que será levado ao Congresso Nacional para que seja votada uma emenda constitucional que determine um limite ao tamanho das propriedades;
- Na hora de escolher seus governantes e representantes para o Senado e a Câmara dos Deputados, vote naqueles que se comprometem a aprovar a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 438 que confisca as propriedades onde se pratica o trabalho escravo, e que proponham uma emenda à Constituição para que seja determinado um limite à propriedade;
- Não vote naqueles que sempre defenderam o direito absoluto à propriedade sem se preocupar com os direitos dos outros.

**Pelo direito à terra e à soberania alimentar:  
Vamos às urnas mostrar nosso poder popular.**

\* Jornalista do Fórum Nacional pela Reforma Agrária





# A Conferência Mundial de Cochabamba vista desde a região andina

VIVIANA ROJAS\*

Foto: Viviana Rojas



Foto: Viviana Rojas



Para a região Andina a convocação de Evo Morales foi uma resposta propositiva dos povos diante do fracasso que foi a reunião da Cúpula Mundial de Copenhague. Para as mais de 35 mil pessoas, provenientes de 142 países, que participaram, de 19 a 22 de abril, em Cochabamba, Bolívia, da I Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, CMPCC, constituiu-se num espaço fundamental de discussão e uma forma alternativa de dar voz aos povos do mundo.

Para países como o Equador, a convocação feita pelo irmão Presidente da Bolívia, Evo Morales, envolveu uma discussão para além de uma resposta de mitigação, com um olhar de conservação ambiental, tratou-se de um diálogo mais profundo que questiona o sistema econômico e político hegemônico, que privilegia o ganho, os lucros e o capital e que não garante a preservação da *Pachamama* – Mãe Terra.

Neste contexto, para a Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo, CLOC, e para a Via Campesina, organizações internacionais históricas, em consonância com o que foi traçado pelo Presidente da Bolívia, as propostas elaboradas na reunião de

Copenhague não vão resolver o problema das mudanças climáticas, pois estas se orientam a atacar os efeitos e não as causas profundas que provocaram este desequilíbrio ambiental. Neste sentido, “o efeito são as mudanças climáticas, mas a causa para nós é um modelo ex-



Foto: Viviana Rojas

trativista, produtivista do agronegócio, de monocultivos, de transgênicos que nos levaram não só a aquecer o planeta, mas também à pobreza e à fome”, assinalou Luis Andrango, presidente da mesa 17, que tratou da Soberania Alimentar.

Por outro lado, nas 17 mesas havia uma preocupação generalizada pelas falsas soluções, que propõem como solução, mecanismos comerciais para a venda de carbono que para os camponeses e camponesas não resolve o problema fundamen-

tal. A palavra de ordem não é mudar o clima, mas mudar o sistema capitalista que é o que causa o aquecimento global.

Uma das proposições que surgiram desta Conferência foi a da necessidade de dar força à reafirmação

e construção de um novo modelo de produção e relacionamento que nos países andinos é chamado *Sumak Kawsay* ou Bem Viver, e que já consta do novo marco constitucional do Equador. Evo Morales, presidente boliviano, ressaltou como o grande êxito da CMPCC o forjar “um novo paradigma planetário para salvar a humanidade”, baseado num alto grau de consenso – dada a diversidade cultural e política no evento – sendo “o primeiro deles apontar como grande inimigo o capitalismo”.

Finalmente, para milhões de pessoas provenientes de setores camponeses, afrodescendentes e indígenas, o único caminho é o da Via Campesina, que vem colocando a necessidade de defender a agricultura dos pequenos e médios produtores, porque estamos convencidos que nós, como nossas práticas e nossos códigos produtivos ancestrais de equilíbrio, harmonia e respeito à mãe terra, podemos diminuir o aquecimento global e resfriar o planeta para salvar a vida e assegurar a sobrevivência de nossa espécie.

\* Jornalista equatoriana da FENOCIN e da CLOC

## 25 ANOS DE CONFLITOS NO CAMPO BRASIL

# Cresce o número de Conflitos e a Violência no campo

CRISTIANE PASSOS\*

*O número total de conflitos soma 1.184, contra 1.170, em 2008, com aumento considerável em relação especificamente aos conflitos por terra, 854 em 2009, 751 em 2008. Quanto à violência, o número de assassinatos recuou de 28, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.884, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.077, para 12.388, 36,5%. A violência, porém, não fez os movimentos do campo recuarem. Aumentou o número de ocupações de terra, 290 em 2009, 252 em 2008.*

O número total de conflitos soma 1.184, contra 1.170, em 2008, com aumento considerável em relação especificamente aos conflitos por terra, 854 em 2009, 751 em 2008. Quanto à violência, o número de assassinatos recuou de 28, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.884, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.077, para 12.388,



36,5%. A violência, porém, não fez os movimentos do campo recuarem. Aumentou o número de ocupações de terra, 290 em 2009, 252 em 2008.

## Amazônia concentra maior número de conflitos

Quando se tomam os dados da Amazônia Legal, 622 dos 1.184 conflitos ocorreram nesta região. Lá ocorreram, também, cerca de 68% dos assassinatos, 67% dos que sofreram tentativas de assassinato e 83% dos que foram ameaçados de morte. Quanto ao envolvimento do número de famílias nos conflitos de terra, 51% delas estão na região, 22% somente no estado do Pará. Também na Amazô-

nia Legal se concentraram 164 das 240 ocorrências de trabalho escravo, 3.217 dos 6.231 trabalhadores submetidos à escravidão, e 1.262 dos 4.283 trabalhadores libertados. Assim, a Amazônia Legal é o locus privilegiado da barbárie no campo brasileiro. Os dados mostram que, na região, mais de 83 mil famílias estiveram diretamente envolvidas em conflitos no campo no ano de 2009.

## Criminalização crescente dos movimentos sociais

O incremento de conflitos e de violência inseriu-se num contexto nacional preocupante de crescente criminalização dos movimentos sociais tanto no âmbito do Poder Judiciário, quanto do Poder Legislativo, amplificada inúmeras vezes pelos grandes meios de comunicação social. Por isso, realizou-se na mesma data do lançamento do relatório, um debate sobre a criminalização, com a participação do jornalista

do blog Conversa Afiada e apresentador da TV Record, Paulo Henrique Amorim, do membro da direção nacional do MST, João Paulo Rodrigues, da representante da coordenação nacional da CPT, Isolete Wichinieski, do advogado da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Aton Fon Filho e do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto Gonçalves.

## “Crime de encomenda é covardia!”

*Ministro da Justiça condena como covardes os mandantes de crimes contra trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.*

Luiz Paulo Barreto recebeu no dia 29 de abril, a Comissão Pastoral da Terra e representantes de outras organizações do campo, para a entrega dos 25 relatórios anuais publicados pela CPT desde 1985, o Conflitos no Campo Brasil, além de uma lista com os casos de assassinatos e julgamentos entre os anos de 1985 e 2009, e uma Nota Pública da entidade sobre os casos de agentes de pastoral perseguidos e ameaçados em todo o país.

Na ocasião, o bispo emérito da cidade de Goiás e conselheiro permanente da CPT, Dom Tomás Balduino, apresentou ao ministro todos os relatórios, declarando serem dramáticos os números e dados ali apresentados. Estavam, também, na audiência, Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da CPT, Dom Dimas Lara Resende, secretário geral da CNBB, Marina Santos, da direção nacional do MST, deputado federal Pedro Wilson (PT/GO), Nilton Godoy, assessor da senadora Serys Slhessarenko, e cinco representantes da FETRAF. Dom Tomás aproveitou a ocasião para dizer que aquelas páginas estavam manchadas de suor e sangue dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Isolete Wichinieski reafirmou ao ministro Barreto que a questão dos



conflitos no campo pode ser resolvida dentro de um projeto maior de realização de uma legítima e ampla reforma agrária. Marina, do MST, reiterou ao ministro que além da não realização da reforma agrária, a permanência da concentração fundiária mantém os conflitos e a prática da violência no campo. O ministro reconheceu todos esses problemas e ainda complementou que o mais grave deles é a impunidade que persiste quanto aos crimes no campo. “Precisamos avançar na punição dos culpados”, disse Barreto. Ele se mostrou disposto a atuar com mais veemência nessa questão e pontuou algumas propostas para dinamizar o trabalho nos estados, como a criação de unidades internas de resolução e punição dos crimes oriundos dos conflitos no campo, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

\* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



CULTURA

Foto: João Zinclar



Biomas, territórios e diversidade camponesa

Falamos muito dos biomas  
Da Caatinga e do Cerrado.  
Falamos também dos Pampas,  
Da Amazônia e Mata Atlântica.  
E falamos no final  
Do nosso lindo Pantanal.

Ficamos conhecedores  
Dos problemas dos biomas  
Indicando até saídas  
Embora pareçam distantes

Mas seguindo sempre em frente  
Haveremos de lutar  
Pois o nosso meio ambiente  
Há dias está a chorar

Se não fizermos nada agora  
Depois não vai adiantar  
Pois como já estamos sabendo  
A tendência é se acabar

Ficarão nossas crianças  
Só na vontade de ver  
As matas e os animais  
Que vão desaparecer  
Assim como a nossa água  
Que o eucalipto vai beber.

*Versos de Francisco José dos Santos  
Oliveira, Assentamento Nova Conquista,  
em Monsenhor Gil (PI), declamados no  
último dia do Congresso.*

Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Exemplares: \_\_\_\_\_

Assinatura anual:

- |                          |                       |      |       |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil .....          | R\$  | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior ..... | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

**CORREIOS**  
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA



# DOCUMENTOS III CONGRESSO NACIONAL DA CPT

*O Pastoral da Terra traz aos seus leitores, alguns dos documentos apresentados e aprovados no III Congresso Nacional da CPT. Confira:*

## NOTA PÚBLICA

### **Judiciário: mais uma vergonha!**

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), reunida em seu III Congresso Nacional, em Montes Claros, Minas Gerais, com a participação de mais de 800 congressistas, no dia em que está celebrando os mártires da terra com uma grande caminhada pelas ruas desta acolhedora cidade mineira, recebe perplexa a notícia de que o senhor Regivaldo Pereira Galvão, foi colocado em liberdade. Diante disto manifesta sua mais profunda indignação por este ato da “justiça” paraense.

Regivaldo foi condenado no dia 1 de maio de 2010, a 30 anos de prisão, por ter sido um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy Stang, ocorrido no dia 12 de agosto de 2005. Na ocasião de sua condenação lhe foi negado o direito de apelar em liberdade. Por

incrível que pareça, 18 dias depois de sua condenação, uma liminar da desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, lhe concede habeas corpus pondo-o em liberdade.

Regivaldo foi o último dos envolvidos condenado no caso do assassinato de Irmã Dorothy, cinco anos depois de sua morte. Usou de todos os instrumentos legais que foram protelando indefinidamente seu julgamento. Com sua condenação, pensávamos que a justiça tinha sido realizada, mas agora o criminoso volta à liberdade.

Mais uma vez se configura o que muitas vezes tem sido repetido pela CPT e por praticamente todas as instituições de Direitos Humanos: a cadeia foi feita

exclusivamente para os pobres. Os que têm recursos financeiros sempre conseguem os “benefícios da lei” enquanto os pobres, presos sem terem qualquer acusação formal, permanecem anos e anos encarcerados sem terem acesso a qualquer julgamento! A impunidade continua alimentando a violência.

No dia 29 de abril passado, a CPT entregou ao Ministro da Justiça a relação de 1.546 trabalhadores e seus aliados assassinados em 1.162 ocorrências de conflitos no campo nos últimos 25 anos, de 1985 a 2009. Destas ocorrências, apenas 88 foram a julgamento, tendo sido condenados somente 69 executores e 20 mandantes. Dos mandantes condenados somente um encontrava-se preso, Vitlamiro Bastos de Moura, um dos responsáveis pelo assassinato de

Irmã Dorothy. Regivaldo era o segundo que se encontrava preso até o dia de ontem.

Esta é a justiça que comanda este país! Se um caso que teve tamanha repercussão nacional e internacional é tratado desta forma, não é de espantar que a maior parte dos casos não mereça qualquer atenção.

Já dizia o profeta Isaías: “o juízo está longe de nós, e a justiça não nos alcança; esperamos pela luz, e eis que só há trevas; pelo resplendor, mas andamos em escuridão” (Isaías 59,9).

Montes Claros, 19 de maio de 2010

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

Foto: João Zinclar





## OFÍCIO AOS MINISTROS DO STF

Aos Excelentíssimos Senhores  
Ministros do Supremo Tribunal Federal  
Brasília – DF

Excelentíssimos senhores,

Os mais de 800 participantes do III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, (CPT), reunidos em Montes Claros, Minas Gerais, entre os dias 17 e 21 de maio de 2010, dirigem-se a VV.Excias. para solicitar sua atenção para o que segue:

Está para ser votada por este egrégio tribunal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADIN, promovida pelo partido dos Democratas, que propugna seja declarado como inconstitucional o Decreto 4.887/03 que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras ocupadas pelos quilombolas.

Este Decreto que regulamenta dispositivo constitucional é um elemento essencial para o resgate dos direitos de cidadania da população negra e de suas comunidades. É um pequeno gesto no sentido de pagar as enormes dívidas históricas com a população negra que, depois de ter sofrido por séculos a violência da escravidão, ainda lhe foi negado o direito de ter acesso à terra pela Lei de Terras de 1850, aos territórios onde já morava e trabalhava durante gerações.

A manutenção deste Decreto é essencial para que o princípio constitucional da igualdade de todos os brasileiros perante a lei seja garantido e para que possam ser concretizados os objetivos da República Federativa do Brasil: *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.* (Artigo 3º, incisos III e IV)

Acatar a tese e pedido dos Democratas significa apoiar a expropriação das terras quilombolas pelos detentores do poder econômico que, desde sempre, fizeram valer seus “direitos” sobre os direitos dos demais, mesmo que muitas vezes ilegalmente adquiridos.

Diante disto e do clamor dos quilombolas, participantes deste III Congresso, que relataram as situações de violência e agressão que sofrem quotidianamente, solicitamos o empenho pessoal de cada um dos senhores ministros desta suprema corte para que sejam mantidos os termos do Decreto.

Esperamos que não se continue a perpetuar a negação dos direitos e o STF se pronuncie em defesa daqueles que sempre tiveram, pela escravidão, seus direitos usurpados e espezinhados.

Em nome de todos os congressistas do III Congresso da CPT e de modo especial dos quilombolas aqui presentes, assino

Montes Claros, 21 de maio de 2010

Dom Ladislau Biernaski  
Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

## NOTA

### “Vocês arrancam a carne do meu povo” (Miq 3.2)

Nota sobre a situação do povo Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul

Os mais de 800 participantes do III Congresso Nacional da CPT ouviram, com o coração apertado, os clamores dos povos indígenas. O povo Potiguar, da Paraíba, luta por preservar seu território e sofre pressão por parte das usinas de cana e de outros empreendimentos. Os índios Borari, do Pará, lutam por ver reconhecido seu território, invadido por madeiras. Mas o que dói mesmo é ver a situação dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, conforme nos relataram os indígenas Heliodoro e Dominga. Queremos unir nosso grito ao seu grito de indignação e de protesto.

A realidade das comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul é das mais cruéis e violentas de nosso país e merece a mais forte repulsa. Foram espoliadas de suas terras e hoje vivem espremidas em minúsculas aldeias que não lhes possibilita as mais elementares condições de sobrevivência, quando não são empurradas para acampamentos às beiras das estradas, sempre perto de uma terra tradicional, sujeitas às intempéries, à fome, à sede. Por falta de terra muitos são obrigados a trabalhar nas usinas de cana devendo aceitar as condições que lhes são impostas. Um povo auto-suficiente, de uma riqueza cultural impar, é tratado como marginal, como escória da sociedade, mal visto pelo conjunto da sociedade sul-matogrossense. Uma realidade que clama aos céus.

Sua luta pelo reconhecimento dos territórios ancestrais (tekoha) recebe as mais diferentes promessas de apoio de autoridades, mas nunca se concretizam. Sempre esbarram no poder político do estado e da maior parte dos municípios onde vivem que os consideram um entrave para o progresso. E quando há alguma sinalização positiva de uma possível solução, esta esbarra

no poder judiciário que trava todo e qualquer encaminhamento. Isto se dá até no âmbito do Supremo Tribunal Federal. O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, deu um triste presente de Natal aos indígenas do Mato Grosso do Sul. No dia 24 de dezembro do ano passado suspendeu os efeitos do decreto presidencial, publicado dois dias antes, que homologou a demarcação da Terra Indígena Arroio-Korá. Suspendeu ainda os efeitos de outros decretos presidenciais de demarcação de outras áreas indígenas.

Também não se sente um forte empenho da FUNAI na solução dos problemas indígenas do estado.

Numa situação destas, mais do que qualquer outra palavra se aplicam as palavras do profeta Miquéias:

“Escutem, líderes e autoridades do povo! Vocês que deviam praticar a justiça e, no entanto, odeiam o bem e amam o mal. Vocês tiram a pele do meu povo e arrancam a carne dos seus ossos. Vocês devoram o meu povo: arrancam a pele, quebram os ossos e cortam a carne em pedaços, como se faz com a carne que vai ser cozinhada. (Miq 3,1-3)

Os participantes do III Congresso da CPT exigem que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados, que sua cultura seja valorizada, que sua vida seja protegida. É urgente uma solução justa para os todos os povos indígenas do Brasil em especial para o Guarani Kaiowa do Mato Grosso do Sul.

Montes Claros, 21 de maio de 2010

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT

## MOÇÕES



Fotos: João Zinclar

## Pela imediata criação da Reserva Extrativista Sirinhaém / Ipojuca

A memória das lutas enfrentadas, da violência sofrida, do sangue derramado, denuncia o agrohidronegócio como um modelo devastador da natureza, super-explorador do trabalho humano, inclusive com trabalho escravo, concentrador de terra e de renda, como o projeto da morte. O povo do campo grita e resiste em defesa da vida, da natureza, dos valores e cultura camponesa. A agricultura camponesa e seus protagonistas são os verdadeiros guardiões da natureza, das sementes, das águas, da mãe terra, sendo este, um projeto de vida.

Dentro deste contexto, nas 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, Zona da Mata Sul de Pernambuco, existe um conflito entre uma população tradicional de pescadores e a usina Trapiche. Das 53 famílias que viviam há décadas nas ilhas, 51 foram expulsas pela ganância da usina sob ameaças de morte, queima de casas e destruição das plantações. Apenas duas famílias permanecem resistindo no local, sob ameaças de serem expulsas judicialmente. Além

destas, outras 8 mil famílias que vivem no entorno das ilhas, e que dependem da pesca, sofrem com a poluição das águas e da terra, com a degradação dos manguezais, das áreas de restinga e das matas ciliares, provocadas pela usina Trapiche, em seu processo de produção do açúcar e do etanol.

Dessa forma, nós, camponeses e camponesas, leigos e leigas, Padres e Bispos, colaboradores, assessores e convidados, de todo o Brasil, reunidos no III Congresso Nacional da CPT, entre os dias 17 e 21 de maio de 2010, fiéis ao Deus dos pobres e aos pobres da terra, exigimos a imediata criação da Reserva Extrativista Sirinhaém / Ipojuca, como forma de garantir a vida plena e abundante naquele chão brasileiro.

21 de maio de 2010, Montes Claros,  
Minas Gerais, em pleno  
Semi-árido brasileiro.

Os participantes do III Congresso  
Nacional da CPT

Foto: João Zinclar



## Contra as ameaças de mudança do Código Florestal

As mais de 800 pessoas participantes do III Congresso Nacional da CPT, com o lema "No clamor dos povos da terra, a memória e a resistência em defesa da vida", reunidos em Montes Claros – MG, nos dias 17 a 21 de maio de 2010, vimos através dessa, denunciar a proposta de Mudança do Código Florestal Brasileiro, que faz parte do desmonte da Legislação Ambiental engendrado pela Bancada Ruralista.

Entendemos que a Legislação Ambiental Brasileira acumulou avanços capazes de atender as nossas necessidades e o que se necessita é de uma Regulamentação de dispositivos da Lei que a tornem eficaz e efetiva.

Esta Regulamentação deverá ser feita com a participação dos verdadeiros representantes do povo, os movimentos sociais, sindicatos, associações dos trabalhadores/as, acam-

pados/as, quilombolas, ribeirinhos/as, comunidades tradicionais. E não pelas instâncias legislativas sem a participação do povo. Chega de engano. Não nos sentimos representados pelos Deputados dessa Comissão, porque sabemos de antemão que nossos anseios não estarão contemplados nesse relatório.

Diante da ausência da participação popular, principalmente das comunidades que serão afetadas diretamente, somos contra qualquer mudança no Código Florestal, que afrontem as garantias fundamentais do patrimônio público e a manutenção da vida das atuais e futuras gerações.

Montes Claros, 21 de maio  
de 2010

Os participantes do III Congresso  
Nacional da CPT

Foto: João Zinclar





## NOTAS



Fotos: João Zinclar

## Direito dos negros passa em branco

Nota do III Congresso da CPT sobre a realidade dos quilombolas

O III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra reuniu, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, entre os dias 17 a 21 de maio de 2010, mais de 800 pessoas das mais diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras do campo – índios, quilombolas, ribeirinhos, sem terra, assentados, pequenos agricultores entre outros - e agentes de pastoral de todos os quadrantes deste Brasil. Neste espaço ecoaram os clamores destes camponeses e camponesas, diante de realidades duras e adversas que têm que enfrentar.

Um dos clamores que mais fortemente ecoou foi o das comunidades quilombolas que têm que conviver diariamente com ameaças e agressões. Muitas comunidades têm suas áreas invadidas por fazendeiros que se auto-proclamam proprietários. Cercas são

derrubadas para que o gado das fazendas destrua as plantações das famílias.

Maior foi o grito contra a inoperância do INCRA. Em 2009, somente duas áreas foram reconhecidas como territórios quilombolas, e estas são urbanas, com menos de um hectare. Em 2008, o INCRA não reconheceu nenhuma área e em 2007, somente duas.

O mais revoltante, porém, é saber da conivência de funcionários do INCRA com os grandes proprietários. Ao invés de identificarem e vistoriarem as áreas das comunidades, acabam orientando os fazendeiros sobre a melhor forma de burlarem a legislação para que os territórios quilombolas não sejam reconhecidos. Em São Vicente Ferrer, no Maranhão, funcionários do INCRA orientaram um grande fazendeiro que tem 23

fazendas, a subdividir a área de uma delas em parcelas de até 15 módulos fiscais, para que a mesma não pudesse ser desapropriada para a comunidade quilombola.

O cerco contra as comunidades quilombolas não para aí. Diversos são os projetos de lei em andamento no Congresso Nacional que buscam limitar os direitos duramente conquistados pelos negros depois de séculos de exploração, violência e exclusão.

Nos próximos dias estará sendo julgada a ação proposta pelo partido dos Democratas que quer que o STF declare como inconstitucional, o decreto 4.887/03 que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras ocupadas pelos quilombolas.

Os negros que foram responsáveis pela grande produção nas usinas de cana, nas fazendas e nas minas, submetidos à mais degradante das condições, a escravidão, foram excluídos do acesso à terra, pela Lei de Terras de 1850, que tornou a terra uma mercadoria. Só podia ter acesso legal a ela quem a comprasse. Ainda hoje, depois de terem sido reconhecidos, mesmo que parcialmente, seus direitos na Constituição Federal de 1988, são discriminados e os direitos conquistados não são respeitados.

Montes Claros,  
21 de maio de 2010.

Os participantes do III Congresso  
Nacional da CPT

Fotos: João Zinclar



## Até quando se espera paciência das comunidades quilombolas?

Os participantes do III Congresso Nacional da CPT, solidários com a causa destes nossos companheiros e companheiras, exigem que se respeitem os direitos duramente adquiridos pelos quilombolas, que seus territórios sejam reconhecidos e titulados, apela ao Supremo que mantenha os termos do Decreto 4.887/03 para que os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira de igualdade entre todos sejam garantidos.

Montes Claros, 21 de maio de 2010.

Os participantes do III Congresso  
Nacional da CPT

Fotos: João Zinclar

